

BARBÁRIE

Comoção e cobrança no governo e no Congresso

O presidente Lula e os chefes do Senado e da Câmara, Pacheco e Lira, pedem rigor nas apurações. Outros parlamentares e ministros também se manifestam

» ALINE BRITO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros de Estado e parlamentares prestaram condolências às famílias dos médicos Marcos de Andrade Corsato, Perseu Ribeiro Almeida e Diego Ralf de Souza Bomfim, assassinados, ontem, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e cobraram a elucidação do caso.

Lula disse ter recebido a notícia dos homicídios com “grande tristeza e indignação”. O presidente informou que a Polícia Federal “sob determinação do ministro Flávio Dino, está acompanhando o caso”.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), conversaram por telefone para tratar do assunto. O primeiro contato entre eles ocorreu na manhã de ontem, quando o deputado ligou para o gestor fluminense pedindo informações sobre o atentado, por envolver a morte de Diego Bomfim, irmão da deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) e cunhado do também deputado do PSol, Glauber Braga.

Como uma das suspeitas é de execução motivada por motivos políticos, Lira pediu a Castro que fosse mantido atualizado sobre o andamento das investigações. O governador prometeu agilidade na apuração do que classificou como “assassinato bárbaro”. “Assumi o compromisso de dar uma pronta resposta sobre a autoria e a motivação”, enfatizou o gestor.

No segundo contato com Lira, Castro informou que a Polícia Civil trabalha com a hipótese de que um dos médicos, Perseu Ribeiro, ter sido confundido com Taillon de Alcântara Pereira Barbosa, filho do miliciano Dalmir Pereira Barbosa, que teria residência a menos de um quilômetro do local da chacina.

Lula Marques/ Agência Brasil



Lira pediu ao governador do Rio para ser atualizado sobre o caso. Pacheco falou em “tristeza profunda”



Esse fato tem que ser meticulosamente, detalhadamente, investigado, para saber suas motivações; e o Congresso acompanhará, de maneira muito próxima, os desdobramentos”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou rigor nas investigações. “Gera uma tristeza profunda a todo o Brasil. Esse fato tem que ser meticulosamente, detalhadamente, investigado, para saber suas motivações, e o Congresso

Nacional obviamente acompanhará, de maneira muito próxima, os desdobramentos”, frisou. Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) ressaltou que, “por ser um crime que envolve dois parlamentares, deve ter

uma análise pormenorizada de todos nós, inclusive com a possibilidade de acompanhamento federal sobre as investigações”. “Um crime dessa natureza, por envolver o parentesco com dois deputados federais com notória atuação, deve ter um acompanhamento detalhado”, reiterou.

Nas redes sociais, outros parlamentares e integrantes do governo se manifestaram. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou a crueldade do atentado e afirmou que “a barbárie da violência redobra a dor da perda”. Guilherme Boulos (SP), líder do PSol, cobrou a elucidação do caso. “É preciso investigar e encontrar os responsáveis por esse crime brutal”, declarou.

PSol criou setor para proteção de filiados

» EVANDRO ÉBOLI

Ante o histórico de ameaças e ataques a políticos do PSol, candidatos e filiados, o partido criou, na campanha eleitoral do ano passado, uma Secretaria de Segurança Militante. A legenda reuniu, durante um dia, na véspera do pleito, 20 vereadoras e deputadas — a maioria mulheres negras e LGBTQs — que fizeram relatos de perseguição e discutiram os cuidados a serem adotados junto às autoridades de segurança e da Justiça.

A esses casos, se somaram depoimentos de parlamentares que falaram sobre a relação conflituosa com setores no Congresso Nacional, principalmente depois da eleição de 2018, quando a extrema direita ganhou espaço na Câmara e no Senado, no rastro da vitória de Jair Bolsonaro.

O PSol é um partido na qual parcela de seus integrantes convive com ameaças, em especial nas redes sociais. Quem transita pelos corredores da Câmara testemunha, desde a legislatura passada, deputados da legenda circularem pela Casa acompanhados por segurança, geralmente policiais

Renan Olaz/Câmara Municipal do Rio



Marielle Franco foi assassinada em 2018, mas caso segue sem solução

legislativos. Nem sempre é uma circunstância agradável, mas uma medida necessária. A razão desse cuidado são ameaças que os políticos recebem, boa parte na internet.

A perseguição a políticos do PSol teve no assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, em março de 2018, seu pior exemplo. O caso segue ainda sem pleno esclarecimento.

Sobrevivente do atentado, a jornalista Fernanda Chaves, que estava no carro ao lado da parlamentar naquele início de noite, acaba de lançar um livro — *Marielle Franco, nesse lugar da política, um mandato interrompido* —, lembrando a carreira curta e com muitas histórias da vereadora, que assessorou o ex-deputado Marcelo Freixo, outro que foi ameaçado de morte por

atuar contra o crime organizado quando era deputado estadual no Rio e filiado ao PSol — hoje, ele está no PSB.

Entre filiados, militantes e parlamentares da sigla, os relatos envolvem casos de racismo, assédio, ameaças e agressões e muita perseguição, nas redes e fora delas. Num documento que o partido elaborou na época, a constatação foi de que muitos desses crimes não são investigados e sequer há punição. Um documento da legenda, à época, concluiu: “Mesmo que todos os casos tenham sido denunciados e investigados — alguns já são inquéritos em andamento —, essas violências se multiplicam à medida que não há a responsabilização devida dos agressores”.

O PSol argumentou que suas parlamentares são alvo de violência política jamais vista contra um partido desde a redemocratização.

Durante a campanha, o PSol enviou ofício a tribunais superiores, à Justiça Eleitoral e a comissões de direitos humanos do Congresso e de organismos internacionais, alertando sobre essa violência política.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Rio de São Sebastião crivado de balas na estação derradeira

A morte de três médicos ortopedistas, assassinados a tiros na Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, na madrugada de ontem, recolocou a questão da segurança pública naquele estado no centro das prioridades políticas do país. A execução, que durou menos de um minuto, ocorreu na Avenida Lúcio Costa, o grande calçadão à beira-mar do bairro preferido da classe média emergente e dos novos ricos do Rio.

Marcos de Andrade Corsato, de 62 anos, e Perseu Ribeiro de Almeida, 33, morreram no local. Diego Ralf Bomfim, 35, foi socorrido e enviado ao hospital, mas não sobreviveu. Irmão da deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP) e cunhado do também deputado federal Glauber Braga (PSol-RJ), o assassinato dele deu mais repercussão política ao crime, porque os dois parlamentares já foram ameaçados de morte. Daniel Sonnenwend Proença é o único sobrevivente.

Os quatro profissionais estavam hospedados num hotel da rede Windsor, na Barra, com o objetivo de participar do 6º Congresso Internacional de Cirurgia Minimamente Invasiva do Pé e do Tornozelo, que começou ontem.

O turismo é uma atividade muito dinâmica da economia carioca. Esse tipo de crime, próximo ao hotel, afasta turistas e dificulta a captação de eventos nacionais e internacionais.

Tudo indica que os médicos foram mortos por engano, porque um deles, Perseu de Almeida, teria sido confundido com Taillon Barbosa, de 26 anos, acusado de liderar um grupo de milicianos que atua em Rio das Pedras e Muzema, que mora próximo ao local e ali circula sem problemas. O miliciano, muito parecido com o médico morto, estaria num quiosque ao lado. O governador Cláudio Castro (PL) e o ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciaram que tudo farão para esclarecer o crime.

O Rio de Janeiro exporta o modelo de territorialização para exploração de negócios mafiosos, além do tráfico de drogas, para outros estados. Toda a sociedade sofre suas consequências, mas também não se deu conta de que é preciso mudar radicalmente a forma de combatê-lo. A violência policial não resolve o problema. A territorialização do crime organizado, que controla grandes áreas da cidade, entre as quais a Barra da Tijuca, passou para uma fase em que não há mais fronteiras físicas.

O caso Marielle Franco, assassinada pelo chamado Escritório do Crime, que teve muita repercussão e ainda não foi elucidado, não provocou nenhuma mudança estrutural na forma como a segurança pública lida com o crime organizado e as áreas sob seu controle no Rio. A única tentativa de combater a territorialização ocorreu durante o governo Sérgio Cabral, mas fracassou por causa do caso Amarildo de Souza, em 14 de julho de 2013, foi sequestrado e morto por 12 policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, na Zona Sul do Rio. O corpo nunca foi localizado, mas todos foram condenados, inclusive o major da PM Edson Raimundo dos Santos, a 13 anos e sete meses de prisão, por ser considerado autor intelectual do crime. Era o comandante da UPP da Rocinha desde a sua inauguração.

Naturalização

Jogou-se fora a experiência de ocupação dos territórios antes controlados pelo tráfico, com a água da bacia; esse espaço vem sendo ocupado pelas milícias, que praticam os mesmos crimes, em conluio com a banda podre da polícia. Exploram-se o gás, as vans, os motoboys, o comércio local, o “gatonet”, a distribuição de água e a energia solar. É uma economia paralela controlada por organizações criminosas.

“Rio de ladeiras/ Civilização encruzilhada/ Cada ribanceira é uma nação/ À sua maneira/ Com ladrão/ Lavadeiras, honra, tradição/ Fronteiras, munição pesada/ São Sebastião crivado/ Nublai minha visão/ Na noite da grande/ Fogueira desvairada”, a bela canção *Estação derradeira*, de Chico Buarque, traduz a naturalização da violência e a ocupação de territórios pelo crime organizado no Rio de Janeiro.

Não faltam estudos sociológicos e criminológicos sobre o problema. Desde os anos 1980, o fenômeno é estudado. No plano internacional, o poder das empresas da economia ilícita dedicada à produção e distribuição de drogas, conhecidas como cartéis, ganhou proporções gigantescas. No plano nacional, a venda de drogas no varejo era a principal fonte de renda das organizações criminais locais, que agora expandem seus negócios para controlar a produção e as rotas de distribuição de drogas no Norte e Nordeste, além de fronteiras, portos e aeroportos do Sul, Centro-Oeste e Sudeste.

Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando, no Rio, e Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, hoje são organizações com múltiplos negócios, da venda de combustível no ABC a garimpos ilegais na Amazônia. Com o crescimento dos negócios, as disputas por território e a concorrência da milícia, quase sempre associada à polícia, se tornaram mais frequentes e violentas.

Às vezes, as forças policiais entram em ação quando os milicianos estão em apuros na guerra com o tráfico de drogas, como vem acontecendo na Baixada Fluminense. O poder do crime organizado nas favelas e periferias das grandes cidades também se tornou uma força política. Seções eleitorais inteiras são controladas por traficantes e milicianos, que passaram a ter influência decisiva na eleição de vereadores, prefeitos e deputados.

Deu no

The Washington Post

O jornal norte-americano deu destaque às suspeitas de que os assassinatos podem ter sido cometidos por motivos políticos. “As autoridades estão classificando (o caso) como uma execução seletiva, que pode ter tido motivação política”, diz o texto.

The Guardian

O diário britânico foi outro que mencionou motivação política. “Entre os mortos, está o irmão de um parlamentar do mesmo partido de Marielle Franco, política carioca morta a tiros em 2018”, ressaltou. O jornal enfatizou que o caso da vereadora continua sem solução.

Clarín

O jornal argentino narrou que os assassinos se dirigiram diretamente à mesa dos médicos e efetuaram os disparos. Mencionou que a deputada Sâmia Bomfim, irmã de um dos mortos, é casada com o deputado Glauber Braga, “famoso por seus discursos contra as milícias do Rio de Janeiro”.

LA NACION

A publicação argentina noticiou que os médicos foram executados “a sangue frio”. O jornal mencionou que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, determinou que a Polícia Federal intervenha para apurar se houve motivação política no caso.